



SUMÁRIO

Nota introdutória da 2ª edição	11
Capítulo I	
Introdução	19
1. Considerações preambulares	19
2. Objeto e horizontes da pesquisa	23
3. Conceito processual de parte	28
4. Partes e terceiros ante a eficácia da sentença e a extensão da coisa julgada material.....	31
Capítulo II	
Construção dogmática dos limites subjetivos da coisa julgada.....	37
5. Atualidade da <i>lex Saepe</i> sob a perspectiva histórica	37
6. Perfil evolutivo da doutrina moderna	44
6.1. Valor absoluto da coisa julgada	44
6.2. Teoria da representação (Savigny).....	45
6.3. Eficácia reflexa dos atos jurídicos (Ihering)	47
6.4. Eficácia reflexa da coisa julgada a terceiros (Wach, Mendelssohn Bartholdy e Chiovenda).....	50
6.5. Terceiros juridicamente indiferentes e terceiros juridicamente interessados (Betti e Carnelutti).....	54



6.6.	Teoria da eficácia reflexa (Allorio).....	58
6.7.	Teoria da eficácia natural (Liebman).....	64
6.8.	Teorias ecléticas (Pugliese e Carpi)	69
6.9.	Posicionamentos restritivos (Monteleone e Vocino)	71
7.	Síntese conclusiva da evolução doutrinária	73

Capítulo III

Garantias constitucionais e posição dos terceiros	77
8. Noção de devido processo legal (em sentido processual)	77
9. Princípio do contraditório.....	79
10. Posicionamento da doutrina e da jurisprudência sob o enfoque constitucional.....	83
11. Inconstitucionalidade de atual orientação jurisprudencial (vários legitimados para demandar indenização por dano moral)	91
12. Princípio da isonomia processual.....	94
13. Posicionamento da doutrina: inviabilidade da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	96
14. Garantias constitucionais do processo e eficácia da sentença arbitral.....	99
15. Garantias constitucionais do processo e <i>collateral estoppel</i>	103
16. Terceiros nas ações coletivas e a coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	109
17. <i>Right to opt out</i> como expressão das garantias constitucionais do processo	115
17.1. Nota prévia	115
17.2. Estados Unidos	116
17.3. Canadá	118
17.4. O sistema híbrido do novo modelo italiano	120

Capítulo IV

Eficácia <i>ultra partes</i> da sentença	125
18. Eficácia da sentença e coisa julgada	126



19. Eficácia da sentença antes do trânsito em julgado.....	126
19.1. Considerações prévias.....	126
19.2. Eficácia inter partes e eficácia em face de terceiros	129
19.3. Terceiros atingidos pela antecipação da tutela.....	130
19.4. Prejuízo jurídico: legitimidade e interesse do terceiro ...	131
19.5. Remédios processuais para afastar o prejuízo	132
19.5.1. Embargos de terceiro.....	133
19.5.2. Recurso do terceiro prejudicado.....	135
19.5.3. Mandado de segurança	138
20. Eficácia da sentença depois do trânsito em julgado	139
20.1. Considerações prévias.....	139
20.2. Remédios processuais para afastar o prejuízo	141
20.3. Nexo de prejudicialidade-dependência	143
20.4. Eficácia da sentença proferida na ação entre credor e devedor em relação ao fiador.....	145
20.5. Eficácia da sentença proferida na ação reivindicatória em relação ao titular de direito real sobre o bem reivin- dicado	147
20.6. Eficácia da sentença proferida na ação ajuizada em face do promitente comprador em relação ao locatário/como- datário	148
20.7. Eficácia da sentença proferida na ação entre locador elo- catário em relação ao sublocatário.....	148
20.8. Eficácia da sentença proferida na ação pauliana em rela- ção aos demais credores quirografários.....	151

Capítulo V

Extensão da coisa julgada a terceiros	155
21. Introdução: terceiro prejudicado e terceiro beneficiado	156
22. Legitimidade e interesse processual do terceiro prejudicado pela eficácia da sentença	157
23. Falta de interesse processual do terceiro beneficiado pela ex- tensão da coisa julgada	158



24. Demonstração prática da tese proposta: situações concretas substancialmente heterogêneas	158
24.1. Sucessor da parte	159
24.1.1. Generalidades	159
24.1.2. Limites subjetivos da coisa julgada	160
24.1.3. Consequência da falta de ciência do processo ..	165
24.1.4. Sucessão <i>post rem iudicatam</i>	168
24.2. Substituição processual	168
24.2.1. Conceito	168
24.2.2. Limites subjetivos da coisa julgada	168
24.2.3. Análise crítica do problema	169
24.3. Litisconsorte necessário unitário	172
24.3.1. Generalidades	172
24.3.2. Limites subjetivos da coisa julgada	176
24.3.3. Capítulos da sentença e litisconsórcio unitário..	180
24.4. Pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato	181
24.4.1. Generalidades	181
24.4.2. Limites subjetivos da coisa julgada	182
24.4.3. Posicionamento da doutrina brasileira	186
24.5. Pluralidade de legitimados e tutela jurisdicional da personalidade <i>post mortem</i>	190
24.5.1. Transcendência dos direitos da personalidade na atualidade	190
24.5.2. Proteção dos direitos da personalidade <i>post mortem</i>	191
24.5.3. Legitimados a proteger os direitos da personalidade <i>post mortem</i>	193
24.5.4. Limites subjetivos da coisa julgada	196
24.6. Relação jurídica entre credores e devedores solidários ..	199
24.6.1. Generalidades	199
24.6.2. Limites subjetivos da coisa julgada	200



24.6.3. Recurso interposto por apenas um dos condenados	205
24.7. Relação jurídica entre credores e devedores de obrigações indivisíveis	206
24.7.1. Generalidades	206
24.7.2. Limites subjetivos da coisa julgada	207
24.8. Relação jurídica entre credor-devedor-fiador	208
24.8.1. Generalidades	208
24.8.2. Limites subjetivos da coisa julgada	208
24.9. Relação jurídica entre inquilino-locador-proponente ação renovatória	209
24.9.1. Generalidades	209
24.9.2. Limites subjetivos da coisa julgada	210
24.10. Causas relativas ao estado da pessoa	211
24.10.1. Generalidades	211
24.10.2. Limites subjetivos da coisa julgada	212
24.11. Sentença penal condenatória	215
24.11.1. Autonomia da ação civil	215
24.11.2. Limites subjetivos da coisa julgada	215
24.11.3. Prescrição da ação penal antes do trânsito em julgado	219

Capítulo VI

Eficácia da sentença e dimensão da coisa julgada nas ações coletivas	221
25. Acesso à Justiça: da tutela individual à tutela coletiva	221
26. Conceituação dos direitos transindividuais	224
26.1. Direitos difusos	225
26.2. Direitos coletivos	226
26.3. Direitos individuais homogêneos	227
27. Disciplina legal	227



28. Exame sistemático e crítico da técnica legal	230
29. Terceiros beneficiados pela coisa julgada.....	232
30. Direitos individuais homogêneos: eficácia da sentença e extensão da coisa julgada.....	232
31. Eficácia da sentença de procedência proferida na ação coletiva e extensão da coisa julgada	236
32. Eficácia da sentença penal condenatória e extensão da coisa julgada.....	237
33. Limitação subjetiva e territorial da extensão da coisa julgada ..	238
34. Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América....	241
35. Projetos de reforma da ação civil pública	243

Capítulo VII

Controle de constitucionalidade e extensão <i>erga omnes</i> da coisa julgada	245
36. Controle jurisdicional da constitucionalidade da lei.....	245
37. Controle da constitucionalidade das leis no direito brasileiro ...	247
38. Eficácia vinculante e extensão erga omnes da coisa julgada	248

Capítulo VIII

Conclusão	257
39. Considerações conclusivas	257
40. Esboço de um regramento geral da eficácia da sentença e da extensão da coisa julgada em relação às partes e a terceiros.....	258
Bibliografia	263
Índice onomástico	291